

Pedro Curvello Saavedra Avzaradel

NOVO CÓDIGO FLORESTAL:

ENCHENTES E CRISE HÍDRICA NO BRASIL

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2016

Copyright © 2016 by Pedro Curvello Saavedra Avzaradel

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A963n

Avzaradel, Pedro Curvello Saavedra.

Novo código florestal : enchentes e crise hídrica no Brasil / Pedro
Curvello Saavedra Avzaradel. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.
339 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 297-325.

ISBN 978-85-8440-384-4

1. Brasil. [Código florestal (2012)]. 2. Mudanças climáticas – Aspectos
políticos - Brasil. 3. Catástrofes naturais - Brasil. 4. Inundações - Brasil. 5.
Recursos hídricos - Desenvolvimento – Política governamental - Brasil. 6.
Direito ambiental – Brasil. I. Título.

CDD – 346.8104675

Sumário

Apresentação	1
Prefácio	5
Introdução	7
1. Florestas: Conceitos e Proteção Jurídica	13
1.1. O antecedente das Florestas Protetoras	15
1.2. A consagração da Lei 4.771/1965 e suas alterações	19
1.2.1. Contexto de aprovação da Lei 4.771/65	19
1.2.2. Regime das APPs antes da Lei 12.651/52.....	24
1.3. A Lei 12.651/2012 e o novo regime das APP.....	35
1.3.1. O contexto de Aprovação da Lei 12.651/2012	36
1.3.2. A MP 571/2012 e seu contexto de aprovação	52
1.4. Opiniões e discursos da sociedade civil organizada	55
2. O Regime Jurídico das APPs	61
2.1. APPS: Fundamentos e Espécies.....	62
2.2. APPs pelo efeito simples da lei.....	77
2.2.1. Das APP ripárias ou faixas marginais.....	77
2.2.2. Do entorno de lagos e lagoas naturais	85
2.2.3. Dos reservatórios artificiais	86
2.2.4. Reservatórios Artificiais e geração de energia	88
2.2.5. Do entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes	92
2.2.6. Das encostas com declividade superior a 45º	93
2.2.6.1. <i>As áreas com inclinação entre 25 e 45 graus com áreas de uso restrito</i>	96
2.2.7. Das restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, e estes, em toda sua extensão	98
2.2.7.1. <i>Os apicuns e salgados como áreas de uso "ecologicamente sustentável"</i>	100
2.2.8. Das bordas dos tabuleiros ou chapadas	105
2.2.9. Dos topos de morros	105

2.2.10. Das áreas em altitude superior a 1.800 metros.....	110
2.2.11. Das Veredas	110
2.3. Intervenção e supressão de APP.....	111
2.4. Do regime temporário de intervenções em APP	125
2.4.1. Das regularizações em áreas rurais consolidadas	127
2.4.2. Das Regularizações em áreas urbanas consolidadas	140
3. A Área de Reserva Legal Florestal (ARLF)	155
3.1. Delimitação nas posses e propriedades rurais	158
3.2. Localização e o Cadastro Ambiental Rural	164
3.3. Intervenções e supressões na RLF	171
3.4. Regime temporário e intervenções em ARLF	173
4. Instrumentos Econômicos, Sanções e Programas	183
4.1. O pagamento por serviços ambientais	184
4.2. Instrumentos compensatórios, tributários e fontes de custeio	188
4.3. A Cota de Reserva Ambiental (CRA)	192
4.4. Infrações Penais e administrativas e os Programas de Recuperação Ambiental	196
5. Sociedade de Risco e Irresponsabilidade Organizada	205
5.1. Extremos climáticos na visão de Beck e Giddens	215
5.1.1. Extremos climáticos e o conceito de vulnerabilidade.....	218
6. Enchentes e Crise Hídrica Na Sociedade de Risco.....	225
6.1. Extremos climáticos, a Tragédia de 2011 e o Município de Teresópolis.....	234
6.1.2. Características do Município de Teresópolis/RJ.....	250
6.1.3. As chuvas do dia 12/01/2011.....	259
6.1.4. A continuidade do cenário de risco	275
6.2. As Crises hídrica e energética	281
6.2.1. Geração e energia e os riscos da crise hídrica	283
6.2.2. Outros pontos relevantes para discussão	287
Conclusões	291
Referências	297